



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004305-34.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Pagamento**
 Requerente: **Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social**
 Requerido: **Prefeitura Municipal de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de ação regressiva de cobrança proposta pela **INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL** em face do **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando a condenação do requerido ao pagamento de R\$33.037,29 (trinta e três mil, trinta e sete reais e vinte e nove centavos).

Narra a autora que, nos autos do Processo nº 0024936-07.2004.8.26.0566, foi proferida sentença condenando solidariamente três requeridos (Município de São Carlos, Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social e Márcio José Saldanelis), ao pagamento de indenização em prol dos autores Carlos Alberto Caromano, Vânia Alessandra Poli Caromano e Murilo Poli Caromano, sendo que liquidou sozinho o valor da indenização. Assim, requer seja o Município de São Carlos condenado a pagar sua cota parte, na quantia de R\$20.477,97, que, atualizada, alcança o patamar de R\$33.037,29 (trinta e três mil, trinta e sete reais e vinte e nove centavos).

Com a inicial vieram os documentos de fls. 10/99.

Citado, o Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 113/115). Preliminarmente, alegou, falta de interesse de agir e competência absoluta do juizado da fazenda. No mérito, não se opôs ao pedido.

A autora apresentou réplica (fls. 119/121), afirmando que não se opõe



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

à remessa dos autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública, bem como renuncia expressamente a qualquer valor excedente ao limite para pagamento por RPV.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Inicialmente, afasto a preliminar de falta de interesse de agir, considerando que o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República garante, com clareza, o acesso ao Poder Judiciário independentemente de eventuais medidas administrativas

A presente causa insere-se entre aquelas de competência do JEFAZ. Como a referida competência está afeta a esta mesma vara da fazenda, por economia processual desde já profiro sentença, com observância, porém, das regras pertinentes a esse sistema dos juizados especiais e, ao final, determinando-se a redistribuição do processo para que tenha prosseguimento naquela sede.

No mais, o pedido merece acolhimento.

Versam os autos acerca do direito de regresso do devedor solidário que pagou sozinho a integralidade da dívida. Por expressa previsão legal, uma obrigação é solidária quando, na mesma relação, concorre uma pluralidade de credores ou devedores, cada um com direito ou obrigado a toda a dívida (CC/02, art. 264).

Em se tratando de solidariedade passiva, qualquer dos devedores poderá ser compelido ao pagamento de toda a dívida. É preciso anotar, porém, que o codevedor que, espontânea ou compulsoriamente, quita a integralidade da dívida terá o direito de reclamar, mediante ação regressiva, de cada um dos coobrigados a sua cota parte, dividindo-se igualmente por todos a parte do insolvente.

No caso vertente, comprovado que a parte autora arcou com a dívida comum dos devedores, a procedência da demanda é medida de rigor.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pedido, para condenar o requerido ao pagamento da quantia R\$33.037,29 (trinta e três mil, trinta e sete reais e vinte e nove centavos), atualizada pelos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescida de juros legais de 1% ao mês, a partir da citação neste feito.

Nos termos requeridos às fls. 121, **homologo o pedido de renúncia ao crédito excedente ao limite de obrigação de pequeno valor** para fins de expedição de Requisição de Pequeno Valor - RPV.

Custas e honorários indevidos na forma dos artigos 27 da Lei nº 12.153/09 e 55 da Lei nº 9.099/95.

Redistribua-se ao JEFAZ.

P.I.

São Carlos, 04 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**